

FALSIFICAÇÃO DE VACINAÇÃO

PF indicia Bolsonaro e aponta ligação com golpe

Polícia Federal acusa ex-presidente de associação criminosa e inserção de dados falsos em sistema sobre cartão de imunização contra a covid-19, e vê relação com a trama golpista que teria sido conduzida pelo ex-chefe do Executivo

LUANA PATROLINO
RENATO SOUZA

A Polícia Federal indiciou o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 16 pessoas por associação criminosa e inserção de dados falsos de vacinação no sistema do governo. Segundo relatório da corporação, há correlação entre a fraude e a trama para instalar um golpe de Estado no Brasil.

De acordo com os investigadores, o ex-chefe do Executivo e seus aliados podem ter emitido os certificados falsificados para que houvesse uma possível fuga para os Estados Unidos até que se concretizasse a tentativa de reverter o resultado das eleições de 2022, nas quais Bolsonaro foi derrotado.

"O presente ato [falsificação dos cartões] [...] pode ter sido utilizado pelo grupo para permitir que seus membros, após a tentativa inicial de golpe de Estado, pudessem ter à disposição os documentos necessários para cumprir requisitos eventualmente legais de entrada e permanência no exterior [cartão de vacina], aguardando a conclusão dos atos relacionados à nova tentativa de golpe de Estado que eclodiu no dia 8 de janeiro de 2023", afirma o relatório.

A indicação a respeito do plano golpista foi feita quando o delegado federal Fábio Alvarez Shor explicou a ligação das fraudes nas cartelas de imunização com as mídias digitais sob investigação no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele destacou como a inserção de dados falsos pode fazer parte de um eixo do inquérito que apura o "uso da estrutura do Estado para obtenção de vantagens ilícitas".

O objetivo da adulteração dos dados seria manter o discurso negacionista para os apoiadores. "A recusa em suportar o ônus do posicionamento contrário à vacinação, associada à necessidade de manter rígida perante seus seguidores a ideologia professada [não tomar vacina contra a covid-19], motivaram a série de condutas criminosas perpetradas", disse o delegado no relatório.

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, fixou um prazo de 15 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) apresente um parecer sobre o relatório da PF. Encaminhados os autos à Procuradoria-Geral da República para manifestação quanto ao relatório da autoridade policial, no prazo de 15 dias, escreveu o ministro, na decisão.

Com a determinação, a PGR tem que avaliar se apresenta ou arquiva denúncia contra os envolvidos no suposto esquema. Caso Bolsonaro seja denunciado, virá réu e será a primeira acusação formal desde que deixou a Presidência da República.

A investigação apontou que o documento de vacinação de Bolsonaro foi adulterado às vésperas do seu autoexílio nos Estados Unidos, no fim de 2022. Segundo a apuração, o registro falso de imunização dele e da filha, Laura, então com 12 anos, foi incluído no sistema do Sistema Único de Saúde (SUS) em 21 de dezembro de 2022 —reta final do mandato de Bolsonaro. Em 29 de dezembro, na véspera de deixar oficialmente o cargo, Bolsonaro embarcou para

À espera de resposta dos EUA

O delegado Fábio Shor indicou que aguarda informações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos para identificar se o grupo usou os certificados de vacinação ideologicamente falsos para entrar naquele país. Segundo ele, a eventual confirmação pode configurar novas condutas ilícitas. A remessa de informações, pelos EUA, é considerada uma diligência pendente.

o exterior. Ele passou mais de três meses fora.

A fraude teria ocorrido por meio de um esquema montado na Prefeitura de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, onde os dados foram inseridos e excluídos. O responsável seria o ex-secretário de governo do município João Carlos de Souza Brecha — um dos seis presos na operação da PF no ano passado.

Em uma troca de mensagens de 19 de outubro de 2022, descoberta pelos investigadores, a filha do ex-secretário pediu ao pai que não falsificasse informações do cartão de vacinação dela. Para a PF, as conversas são mais um elemento que comprovaria que Brecha era responsável pela execução da inserção de dados fraudulentos.

A corporação aponta que a estrutura foi usada para "pudessem burlar as regras sanitárias impostas na pandemia e, por outro lado, manter coeso o elemento identitário do grupo em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a covid-19", destaca trecho do documento.

"Os elementos de prova coletados ao longo da presente investigação são convergentes em demonstrar que Jair Messias Bolsonaro agiu com consciência e vontade determinando que seu chefe da Ajudância de Ordens intermediasse a inserção dos dados falsos de vacinação contra a covid-19 nos sistemas do Ministério da Saúde em seu benefício e de sua filha Laura Bolsonaro", frisa outra passagem do relatório.

Delação de Cid

Em depoimento à PF, o tenente-coronel Mauro Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, afirmou que emitiu os certificados falsos em nome do ex-presidente e da filha dele. Ele informou que os dois documentos foram impressos no Palácio da Alvorada e entregues em mãos ao ex-chefe do Executivo.

A informação faz parte do acordo de delação do militar e ainda é mantida em sigilo. No entanto, trechos dela foram incluídos pela PF no relatório que emitiu o indiciamento de Bolsonaro, Cid e mais 15 pessoas. Moraes retirou o sigilo desse relatório ontem.



Bolsonaro com Mauro Cid: primeiro indiciamento formal do ex-presidente em inquérito em tramitação no STF

O esquema

O passo a passo da fraude, segundo a PF



Conforme aponta a investigação, a primeira tentativa de burlar o certificado das vacinas foi feita pelo tenente-coronel Mauro Cid em novembro de 2021, quando ele pediu ajuda do sargento Luis Marcos dos Reis, membro de sua equipe na Presidência, para fraudar o certificado de vacinação da sua esposa, Gabriela Santiago Cid.



Ele teria conseguido um documento digitalizado de um cartão físico de vacinação por meio de Farley Vinicius, oficial e sobrinho do sargento Reis. O registro de vacinação falso usou dados de uma vacinação verdadeira, feita em Cabeceiras (GO). Os dados foram inseridos no Conecte SUS com ajuda do militar Eduardo Crespo Alves, que teve problemas ao tentar fazer a operação no fim de janeiro. Por isso, um novo cartão de vacinação foi solicitado a Alton Gonçalves Moraes Barros, que emitiu o documento em Duque de Caxias (RJ).



Nessa etapa, também houve ajuda do ex-vereador Marcelo Moraes Siciliano e da enfermeira Camila Paulino Alves Soares. Os dados foram inseridos no sistema pelo então secretário municipal da cidade fluminense João Carlos de Sousa Brecha, apontado a investigação. Também foi ele quem, segundo a PF, inseriu dados ideologicamente falsos sobre a vacinação de Cid e de suas três filhas no Conecte SUS.



Depois desse processo, o modus operandi teria se repetido com Bolsonaro. Segundo a delação de Cid, o ex-presidente, ao tomar conhecimento de que o então ajudante de ordens tinha cartões de vacinação contra a covid-19 em seu nome e de seus familiares, "ordenou" que o aliado "fizesse as inserções para obtenção dos cartões ideologicamente falsos para ele e sua filha".



A PF narra ainda que os investigadores tentaram "apagar os rastros das condutas criminosas". Segundo o delator, ao saber dos dados falsos, o coronel Marcelo Câmara, ex-assessor de Bolsonaro, rasgou os certificados do ex-chefe do Executivo e da criança, pedindo que o então ajudante de ordens desfizesse as inserções falsas.



Em seguida, Cid contou que entrou em contato com Alton Barros para tentar excluir as inserções. Segundo a PF, o ex-major teria então acionado a servidora Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, de Duque de Caxias, que foi responsável por apagar os dados do sistema do Ministério da Saúde sob alegação de "erro". Os dados foram apagados em 27 de outubro de 2022, segundo o inquérito.

O ex-presidente jamais determinou ou soube que qualquer de seus assessores tivesse confeccionado certificados vacinais com conteúdo ideologicamente falso" Trecho da nota dos advogados

Os indiciados

- Jair Bolsonaro, ex-presidente da República
Mauro Cid, ex-ajudante de ordem da Presidência
Gabriela Santiago Cid, mulher Cid
Gutemberg Reis de Oliveira, deputado federal
Luis Marcos dos Reis, sargento do Exército
Farley Vinicius Alcântara
Eduardo Crespo Alves
Paulo Sérgio da Costa Ferreira
Alton Gonçalves Barros, ex-major do Exército
Marcelo Fernandes Holanda
Camila Paulino Alves Soares
João Carlos de Sousa Brecha
Marcelo Costa Câmara, assessor de Bolsonaro
Max Guilherme Machado de Moura, assessor de Bolsonaro
Sergio Rocha Cordeiro, assessor de Bolsonaro
Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva
Célia Serrano da Silva

Defesa cobra o acesso a inquérito

Os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro manifestaram-se sobre o indiciamento do cliente pelo suposto esquema de inserção de dados falsos de vacinação no sistema do governo. Por meio de nota, eles alegam que, com a "condição diplomática" do então chefe do Executivo, não era necessário nenhum comprovante de imunização para entrar nos Estados Unidos, e nenhum atestado lhe foi pedido.

"O ex-presidente jamais determinou ou soube que qualquer de seus assessores tivesse confeccionado certificados vacinais com conteúdo ideologicamente falso", escreveram os defensores. A nota é assinada por Paulo da Cunha Bueno, Daniel Tesser e Fábio Wajngarten.

Mais cedo, Wajngarten tinha classificado como "lamentável" o indiciamento. Por meio das redes sociais, ele afirmou que o caso é "absurdo" e que se trata de "perseguição política".

"Na minha humilde opinião, o indiciamento de hoje (ontem), que até o presente momento a defesa técnica sequer teve acesso, é tão absurdo quanto o caso da 'baileia'", disse, se referindo à investigação sobre a suposta importação do ex-presidente a uma baileia.

Quando foi revelado o escândalo, em maio de 2023, o vice-porta-voz do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Vedant Pat, afirmou, em coletiva de imprensa, que não iria comentar casos específicos, mas que, na época em que Jair Bolsonaro viajou aos EUA, a vacinação seria, sim, obrigatória.

Autenticidade

A defesa também pediu ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), para ter acesso aos documentos da investigação.

Os advogados afirmam que souberam do indiciamento do ex-presidente pela imprensa e que, embora tenham requisitado pessoalmente uma cópia do inquérito no Setor de Processos Originários Criminais do STF, o acesso foi negado.

"Nesse cenário, requer seja esclarecido por quais motivos não foi franqueado acesso à defesa a elementos já divulgados à imprensa", diz um trecho do pedido encaminhado a Moraes.

O ofício da defesa, assinado pelos advogados Paulo Amador Bueno, Daniel Tesser, Fábio Wajngarten e Saulo Segall, também cobra uma certidão de autenticidade de documentos relacionados ao caso, entre eles o relatório final da Polícia Federal e a negativa de compartilhamento dos autos (RS, LP e Agência Estado).

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

**Seção:** Política **Página:** 2